

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2014:** *Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Senhor Vereador Helder Simões que fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Primeiro, reentregar pela terceira vez alguns requerimentos para ver se desta vez eles têm algum tipo de resposta. Seria importante que se começasse a cumprir os prazos que a lei prevê, obviamente nós não temos sido intransigentes nessa matéria, mas alguns requerimentos estão sem resposta há mais de seis meses e, portanto, faria sentido que os mesmos tivessem um término. Segundo, já foi tornado público que entrou em funcionamento as novas instalações da Escola Superior Aveiro Norte e eu já aqui questionei várias vezes o que fazer aos espaços que estão a ser ocupados pela ESAN. Nós pagamos milhares e milhares de euros de renda, eu atrevo-me a dizer cerca de quinze mil euros de rendas num espaço no Rainha pelas instalações que estão cedidas à Escola Superior Aveiro Norte. Assim, para quando é que está previsto nós rescindirmos este contrato de arrendamento? Já o devíamos ter feito, temos sempre o período de carência para o fazer e se não o fizemos quando é que estamos a pensar fazê-lo. Importa economizar aqui muitos milhares de euros de rendas. Uma outra questão, também a ver com a Escola Superior Aveiro Norte, era a requalificação do espaço de acesso à Escola Superior Aveiro Norte. Aquela via quem desce da Escola Ferreira de Castro até ao Cercal apresenta ali algumas deficiências, não está cuidada como deveria de estar e faria sentido que nós melhorássemos aquele acesso, tendo em conta a quantidade de pessoas que vão circular por*

aquele espaço. Outra questão tem a ver com a Indaqua, já foi aqui sistematicamente falado, e tem a ver com a inexistência da Comissão de Acompanhamento. Mais uma vez, eu esperava que o Senhor Presidente trouxesse essa questão à reunião de Câmara. Nós não estamos a decidir sobre a constituição da Comissão de Acompanhamento e eu não sei se é da nossa responsabilidade, se é da parte da Indaqua, o que eu sei é que há mais de seis meses que ela devia estar em funcionamento, aliás devia estar em funcionamento na data de entrada da concessão. Isto decorre não só do Caderno de Encargos, mas decorre também da própria legislação que atribuiu as concessões e, portanto, nós estamos nessa ilegalidade. O Senhor Presidente disse na última reunião de Câmara que não havia nenhuma comissão de acompanhamento a funcionar na Indaqua. Eu acho muito estranho, porque a Indaqua Santo Tirso/ Trofa já funciona há muitos anos e tem uma comissão de acompanhamento. Esta é uma prova evidente que só não funciona cá porque nós não exigimos, não estamos a exigir à Indaqua, nem estamos a fazer a nossa parte. Portanto, é altura das entidades competentes saberem que nós em Oliveira de Azeméis não estamos a cumprir com os critérios da concessão. Também relacionado com a concessão, gostava de saber, Senhor Presidente, o número de funcionários que transitaram da Câmara Municipal para a Indaqua, quais as funções que estão a ser desempenhadas por esses funcionários e se em termos de reorganização interna da Câmara se foram muitos os que ficaram. Uma última questão, Senhor Presidente, tem a ver com aquela obra que foi licenciada e que está a ser executada na zona histórica do Pinheiro da Bemposta. O Senhor Presidente disse que era preciso clarificar aquela questão, até se dispôs a reunir com o Presidente da Junta no local. Não sei se o fizeram, se não o fizeram, qual é o desenvolvimento dessa matéria? Aliás há o desconforto para algumas pessoas quando surge uma visita guiada, algumas pessoas nem querem ir a este espaço, isto contraria tudo o que está de enquadramento paisagístico numa zona que devia ser protegida. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Bom dia. Queria fazer um registo muito positivo à capacidade associativa que temos aqui no município nomeadamente ao Grupo Contradições, Grupo das Concertinas, pela capacidade que teve em organizar um intercâmbio cultural com O Grupo de Cantigas Norte a Sul da Casa do Povo da Ponta do Pargo, Município da Calheta, Ilha da Madeira. Eu tive o privilégio de acompanhá-los e pude constatar a riqueza destes intercâmbios culturais para ambas as partes, para ambas as associações e para as pessoas enquanto pessoas individuais que estabeleceram relações muito próximas com portugueses também da Ilha. Eu fiquei muito orgulhosa da nossa atuação e intervenção, porque conseguimos realmente alcançar os objetivos deste intercâmbio que era de duas atuações na Festa do Pêro e que trouxe àquela ponta da Madeira muita gente e o feedback que nós tivemos foi mesmo também para virem ver um Grupo de Concertinas do Continente. O Município de Oliveira de Azeméis ficou muito bem visto e nós também fomos muito bem recebidos, quer pela Câmara Municipal da Calheta, quer pelo Grupo da Casa do Povo da Ponta do Pargo. Também constatei que estes intercâmbios têm já uma longa história na Ilha da Madeira, habitualmente fazem muitos intercâmbios, quer com o Continente, quer com os Açores.

Nós, aqui em Oliveira de Azeméis já tivemos alguns intercâmbios, mas se calhar são uma rampa de lançamento também para colocar outras Associações Culturais nesta dinâmica que é sempre de enriquecimento para ambos os lados. Também dizer-vos que o intercâmbio não foi só nós irmos lá, porque de hoje a um mês, se tudo correr bem, teremos aqui o Grupo de Cantigas da Casa do Povo da Ponta do Pargo também em Oliveira de Azeméis e estamos já a preparar o roteiro dessa visita aqui ao nosso Município. Depois, queria anunciar alguns eventos e ao mesmo tempo convidá-los a estarem presentes. Na próxima sexta-feira, na Santa Casa da Misericórdia será realizada uma pequena palestra, um workshop, juntamente com a GNR, subordinada ao tema – Educar hoje, Drogas, que desafio? - que irá contribuir para esclarecer, informar e sensibilizar as nossas famílias para estas questões que são cada vez mais frequentes, infelizmente. No sábado, fazer também referencia a mais uma atividade integrada na candidatura Azeméis Intercultural, desta vez a atividade desenrolar-se-á em alguns locais diferentes do nosso Município e a atividade denomina-se – Viver e Sentir Azeméis. Através dessa atividade nós vamos ter oportunidade de dar a conhecer à população imigrante alguns conhecimentos sobre o património, quer imaterial, quer edificado, quer gastronómico do nosso Município. Começa, sensivelmente às 14h,30m na Estalagem S. Miguel, far-se-á aí uma pequena abordagem à história do nosso Município, a algumas lendas e tradições, nomeadamente, do Parque de La-Salette, da Capela da La-Salette, da lenda do ladrão, e será visitada a Capela, será visitado o Berço Vidreiro. Iremos depois para Ossela onde entraremos em contacto com outra realidade mais literária, iremos à Casa Museu Ferreira de Castro, e também gastronómica, teremos oportunidade de visitar uma queijaria. De Ossela passaremos para Ul, para o Parque Temático Molinológico. De seguida, voltaremos á Estalagem S. Miguel para termos aí uma prova de sabores de produtos regionais do nosso Município. Terminará com a desfolhada realizada pelo Grupo de Cidacos, no Jardim Público, que também será uma manifestação cultural típica da nossa zona. Nesse dia, iniciar-se-á também o VII Festival de Teatro de Azeméis – FESTAZ, levado a cabo pelo Grupo Oliveirense Teatro Amador (GOTA) com o apoio da Câmara Municipal e durante várias semanas teremos aqui grupos desde Braga, que será o grupo que estará connosco no dia 27 de setembro; temos também o Grupo URATE de Carregosa; um Grupo de Albergaria-a-Velha; da Murtosa; de Vieira de Leiria; de Castelo de Paiva e de Vale de Cambra. Portanto, nos fins-de-semana de 27 de setembro a 26 de outubro nós teremos teatro no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. No dia 1 de outubro, teremos a XI Edição das Olimpíadas Seniores no Pavilhão Prof. António Costeira. No dia 3 de outubro, na Biblioteca Municipal, a apresentação de mais um livro e de um escritor, António Carlos Santos, cuja publicação tem o título de “Geometria do Amor”, portanto, é um livro de poesia, a Editora é a Seda Publicações. No dia 04 de outubro, a abertura de mais uma exposição na Galeria Tomás Costa, intitulada “Rostos com História e Estórias no Rosto” de Gina Marrinhas. No dia 05 de outubro, teremos um concerto da Filarmónica das Beiras. Ficam desde já todos convidados a participarem nas atividades que eu elenquei. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Bom dia. O Senhor

Presidente disse que hoje trazia o documento relacionado com a UDO. Não sei se o terá consigo para nos entregar e só para lembrar o que prometeu. A minha reflexão, prende-se com o facto de estarmos na semana da mobilidade, com um dia sem carros. O nosso Concelho já no passado assinalou esta efeméride, já chegou a ter quase uma semana de celebrações, depois passou para menos dias e este ano pelo que eu me tenha apercebido não houve nenhuma atividade. Vai perceber que a minha intervenção não é pela ausência em si, mas saber se isso resultou de uma decisão da Câmara em não aderir este ano, pura e simplesmente ou se teria resultado de alguma avaliação onde se verificou que estas atividades não têm o impacto que se pretenderia ter e então acabou-se com elas, Pessoalmente tenho uma opinião pessoal muito concreta sobre as comemorações dos dias. Entendo que há comemorações de dias que têm essencialmente uma dimensão histórica que é nós assinalarmos um acontecimento histórico que queremos preservar e por isso assinalamo-lo. Podemos também assinalar estes dias como um desafio de futuro, ou seja, como um desafio que nos obrigue a assumir um conjunto de políticas que façam sentido nessa semana quer para as autarquias, quer para o cidadão. Entendo que esta semana pretende que cada cidadão repense a sua postura, nomeadamente relativa ao carro, aos transportes públicos, à necessidade de caminhar, etc. Mas para a autarquia, que é o que interessa aqui nesta reunião, acho que é um desafio para concebermos um concelho e um ordenamento do território que realmente seja amigo da comunidade. Por isso eu fui ver o Plano Municipal de Acessibilidades que nós temos para tentar perceber o que é que nós andamos a fazer sobre isto para além de assinalarmos com umas danças e com uma ginástica ali na zona pedonal e constatei que, efetivamente, as nossas políticas de acessibilidade têm sido poucas ou nenhuma. Eu recordo que nesse Plano o diagnóstico era de que havia uma inexistência de percursos acessíveis que une os principais equipamentos das Freguesias; as áreas centrais das Freguesias não possuem uma rede de percursos pedonais eficaz, são exemplos disso a descontinuidade no sistema pedonal comum a todas as Freguesias; a ausência de passeios; passeios subdimensionados; pavimentos inadequados; inclinações excessivas; falta de passadeiras; falta de sinalização. Relativamente aos equipamentos públicos, continua por pôr em prática as propostas de pedonização da cidade, elaboradas no âmbito da postura de trânsito da cidade 2010; a requalificação da Feira dos Onze, do Salão Nobre; o estudo prévio do novo Mercado, hoje vamos conversar um bocado sobre isso; o Centro Intermodal de Transportes. Um diagnóstico que elenca um conjunto de necessidades que nós, efetivamente, não temos dado prioridade. Embora, tivéssemos priorizado as nossas intervenções, fizemos o Selo Integra, se calhar umas ações de formação, mas aquilo que se traduz num território com acessibilidade e com mobilidade pouco ou nada temos feito. Acho que tem havido um desfasamento entre isto e algumas regras do Plano Diretor Municipal. Já fui crítica uma vez. Mantenho-me crítica sobre aquela regra cega do alinhamento pelo existente. É notório o que esta a acontecer no concelho onde nas ruas com o edificado antigo, provavelmente, daqui por uns anos, havia a possibilidade de renovar toda a rua, nós estamos a permitir a construção de casas novas e em cima da rua. Está-se a verificar em zonas de entroncamentos, acontece em Cucujães neste momento, teríamos

uma oportunidade única de alargar o entroncamento e dar uma maior visibilidade, darmos maior segurança ao peão e estamos a permitir a construção do muro pelo alinhamento. Por isso acho que nós temos de recomeçar. Nós aprovamos estes projetos, com pompa e circunstância e depois eles ficam lá na plataforma digital e pouca preocupação temos em traze-los para o dia-a-dia, fazendo um entroncamento destes planos com outras decisões de outras áreas da Câmara Municipal. Temos feito aquilo que é mais fácil que são as ações de formação, e algumas outras coisas, que não deixam de ser importantes, mas que acho que ficam muito aquém deste Plano. Por isso eu espero, mais até do que qualquer programa de comemorações desta semana da mobilidade, que peguemos neste Plano, que está lá alojado na plataforma digital da Câmara Municipal e o tragamos para cima da mesa e comecemos a executar, porque efetivamente ele dá-nos aqui uma perspetiva das necessidades que precisamos e que não temos feito muito para isso. Essa é a interpelação que eu deixo. Falando ainda em mobilidade e passeios, não sei de quem é a responsabilidade do local onde se colocam os postes de eletricidade na via pública. Por exemplo, em Cucujães, junto à Panificação, a EDP colocou ali dois postes, um, pequeno encostado ao muro e outro, com um diâmetro de 30 a 40 centímetros, exatamente no meio do passeio, ao lado de uma árvore. Acho que aquilo não cabe na cabeça de ninguém, acho que estas coisas não se deviam permitir que acontecessem. Os passeios já estão completamente rebentados com as raízes, é algo que temos de alterar, é um desafio. Acho que temos de fazer uma educação, temos uma área do Ambiente que nos pode educar e dizer que tipo de árvores se deve plantar. Há passeios que estão completamente degradados, porque as raízes sobem e o passeio deixa de existir. Tem que haver um tipo de árvore a colocar nesses espaços, tem de se começar a fazer esta prevenção e execução com cabeça, tronco e membros. Deixo por isso o desafio o para esta semana da mobilidade, é que nós comecemos a olhar para isto com mais atenção e a executar políticas concretas de mobilidade no nosso concelho. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia. É para dois prévios esclarecimentos que me foram pedidos na última reunião de Câmara. Um deles, relativamente à União Desportiva Oliveirense, tenho a informação dos serviços que o documento apresentado pela União Desportiva Oliveirense não se encontrava conforme, porque houve uma alteração dos quadros competitivos por parte do Oliveirense e que de alguma forma ficou omitido nesse documento. Foi estabelecido o compromisso de que a Oliveirense reveria o documento de acordo com as regras que estão estipuladas para todos os clubes e que o atualizaria o mais breve possível. Portanto, há aqui o compromisso de que assim que o documento chegue o iremos fazer chegar aos Senhores Vereadores. Relativamente ao XCO, também me pediram informações relativas ao histórico das realizações, eu diria que em 2011 a Câmara Municipal investiu 10.669,50€ (dez mil seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos); em 2012, 10.356,70€ (dez mil trezentos e cinquenta e seis euros e setenta cêntimos); em 2013, 10.000,00€ (dez mil euros) e em 2014 12.000,00€ (doze mil euros). Estes valores têm a ver com o valor dos prémios definidos pela UCI e tem a ver também com a questão da qualidade da prova. Como vocês sabem, há vários níveis para este tipo de iniciativas, há uma prova que se

chama C1, há outra que se chama C2 e há outra que se chama C3. Neste caso, por exemplo, a de 2014 foi uma prova C1, implica maior orçamento e implica também maior rigor organizativo porque é a prova de excelência desta modalidade a nível mundial. Gostaria de falar também na questão da mobilidade. Por mais que façamos relativamente a esta matéria, nunca ficamos satisfeitos. Eu lembro-me de uma entrevista do chefe da divisão do trânsito da Câmara de Lisboa, por parte da TSF, no primeiro dia da semana da mobilidade, que dizia claramente que foi um erro absoluto a Câmara Municipal de Lisboa ter tentado fechar ao trânsito o centro urbano de Lisboa no ano passado e que isso nunca mais volta a acontecer. De facto nós temos hoje de pensar e rever claramente aquilo que é a Semana Europeia da Mobilidade. Oliveira de Azeméis tem a honra de ser uma das primeiras cidades do país a aderir. Este Executivo tem tido uma preocupação muito alargada de perceber o que é de facto a realidade, as carências da nossa cidade que são patentes e nós reconhecemos isso. Mas temos tido também o cuidado de articular os vários setores do nosso Município, que passa desde o desporto, educação, área de apoio social e temos tido o cuidado de integrar todas essas políticas numa política de a médio e longo prazo podermos ir corrigindo eventuais erros do passado. Este compromisso que a Câmara Municipal tem estabelecido tem sido um compromisso também não só da Câmara Municipal, os agentes comerciais e económicos da nossa cidade têm sido acautelados por nós no sentido de também eles irem corrigindo alguns setores privados do urbanismo e de outras áreas que, efetivamente, podem obstar a um melhor desenvolvimento e a uma maior integração dos objetivos a que se pretende. Ainda na quarta-feira apresentamos um plano estratégico para a recolocação das passadeiras nas zonas escolares. Temos o cuidado de tentar, de alguma forma, dinamizar a cidade com eventos que sensibilizem as pessoas para a área do ambiente. Reparar que nós temos feito imensos eventos no sentido também de aproveitar os espaços verdes para as pessoas viverem e conviverem nesses espaços e para que possam ter também uma maior sensibilidade para as áreas da mobilidade. Temos também o cuidado de aderir sempre de uma forma formal aos princípios básicos anuais, que são muitas vezes renovados ano a ano, da própria Política da Mobilidade Europeia. O nosso gabinete de planeamento respeita, absolutamente, neste momento, todas as regras estabelecidas por esse Plano de Definição de Regras de Mobilidade e Regras de Urbanismo Ambiental. Temos também tido o cuidado de tentar enquadrar as políticas de integração e isto reconhecimento seja feito à área Social, que tem sido também um polo importante de informação, identificando os problemas e tentando-os corrigir. Os nossos equipamentos públicos, dos dezanove equipamentos públicos só três ou quatro é que ainda não estão apetrechados com questões efetivas de mobilidade para todos, mas é algo que nós temos isso também equacionado, nomeadamente para o edifício principal. Portanto, estamos atentos, preocupados com estas matérias, obviamente que sabemos que a semana da mobilidade não nos diz nada, nem pode dizer nada, nem pode centrar as preocupações. Podemos achar que é um ponto de exibição das nossas preocupações a nível nacional e europeu. Mas, não é nesta semana que nós resolvemos nada, não é nesta semana que nós trabalhamos estas áreas, é durante todo o ano que nós nos preocupamos com isso e esta

semana tentamos é que a comunidade também adira a estes princípios. Também é uma obrigação dos agentes públicos continuar a insistir e não desistir de apelar à comunidade para ser mais sensível nestas matérias, sendo certo que a interação continuará sempre a existir. Obviamente que nem sempre os nossos parceiros agem em conformidade, como esse caso da EDP. É evidente que eu sinto às vezes também isso. Mesmo em Loureiro, com a cooperativa, há coisas que eu não consigo entender. Vamos ter certamente alguns dissabores e algumas tristezas, por assim dizer, num trabalho que a Indaqua vai desenvolver. Por isso, nós também vamos estando atentos e vamos estando em cima do acontecimento para que as coisas nessa matéria também resultem. É evidente que isto é um processo moroso, exigente, mas que a Câmara está atenta e nunca deixará de cumprir o seu papel. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Bom dia a todos, uma vez mais. Tenho aqui algumas questões que já foram abordadas por diversas vezes. Uma delas tem a ver com a questão do programa “Aproximar a Educação”. Saber exatamente o que é que se passa com a documentação que foi pedida em julho, estamos a falar de 17 de julho, e que até ao momento ainda não foi fornecido. Há mais de um mês, aliás, há 15 dias, ficou o compromisso de nos fornecerem esses documentos. Acho que é demasiado preocupante que o Município, que tem um conjunto de certificados de qualidade de resposta aos cidadãos, não consiga fazer uma coisa tão simples como fornecer alguns documentos, que estarão formatados eletronicamente, aos elementos deste Executivo, que fazem parte naturalmente do Executivo e que têm direito a eles, antes de mais como cidadãos mas também como elementos deste Executivo. Saber o que é que está a ser feito para que esses documentos sejam desencantados e que sejam fornecidos, a não ser que queiram mesmo ocultar essa informação, que me parece que não faz sentido nenhum neste contexto que estamos a viver de partilha de documentação. Tive a oportunidade de participar numa jornada de reflexão, em que esteve também o professor Isidro Figueiredo, com encarregados de educação e com o professor David Justino sobre esta matéria. Aquilo que na altura o Professor David Justino partilhou, o que seria de esperar, foi que esta matéria deveria ser discutida, amplamente discutida e que deveríamos ter aqui cautelas acrescidas relativamente a um processo que não é de todo pacífico. Senhor Presidente, saber exatamente por que é que não foi fornecido até ao momento estes documentos, já passou o período de férias e passou tempo suficiente para que eles pudessem ser fornecidos. Quando é que nós podemos ter a possibilidade de discutir essa matéria de uma forma aberta e não com suposições? Aliás, o Professor Isidro Figueiredo numa intervenção que fez, no Executivo, referiu claramente que se houvesse um único Conselho Geral que se impusesse a que houvesse integração neste programa “Aproximar a Educação”, que não avançaria. Pelo menos gostaria naturalmente que depois fosse esclarecido. A seguir diz que, enfim, se houver aqui uma maioria que seja favorável que avançaremos, ou seja, por um lado, diz que tem que haver unanimidade; por outro lado, enfim, diz que é uma maioria. Não é a mesma coisa, como sabemos. Eu gostaria que esta questão fosse esclarecida e espero que não seja tomada nenhuma posição sem haver aqui um debate aberto entre nós, a sociedade oliveirense, a comunidade escolar e cada um dos agrupamentos. Ainda

sobre esta questão da educação, saber também exatamente como é que está o estudo ou a análise que foi pedida também a 17 de julho sobre o transporte de crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo, principalmente do 1º Ciclo. Como é que isso foi decidido, se foi decidido, se foi analisado, porque até ao momento também não temos nenhuma informação sobre essa matéria e gostaríamos de saber se de facto já foi analisado e discutido. Um outro aspeto, o Senhor Presidente disse que iria falar com os serviços relativamente à elaboração de projetos para uma eventual candidatura da regeneração do edifício da Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis, saber Senhor Presidente se já foi nomeado alguém, se há alguma equipa que esteja disponível para fazer esse estudo, uma vez que seria importante. Os telhados continuam com problemas gravíssimos. Aquelas infraestruturas precisavam de facto de uma intervenção profunda. Aquilo que foi feito, foi muito rudimentar, digamos assim, basicamente sabemos agora onde é que está a entrar a água no telhado e foram removidos os materiais que estavam a impedir o acesso ao telhado. Mas, agora, é preciso fazer uma intervenção de fundo e só é possível naturalmente com uma candidatura a fundos comunitários, eventualmente, ou um apoio extraordinário, porque a própria associação da Casa Museu Regional não tem meios. Já agora, finalmente, só para concluir, uma observação sobre aquilo que foi dito sobre a Semana da Mobilidade. Houve aqui anos em que este evento foi comemorado com pompa e circunstância e com um conjunto de iniciativas que são sempre positivas, apesar de tudo. E não vejo isso como negativo. Acho que é importante que nós possamos sempre fazer algumas iniciativas no sentido de sensibilizar a população para a importância da existência de condições para os peões se deslocarem nos meios urbanos com segurança. A verdade é que, nestes últimos tempos, particularmente este ano, as condições em que estas iniciativas se fizeram foram escassas. Uma vez que o Senhor Vereador Dr. Pedro Marques se referiu a esta matéria, dizendo: “Que durante o ano há uma preocupação constante”, bem, o Município obviamente que terá de ter estas preocupações, mas na prática não se consegue perceber muito bem essas preocupações. O Senhor Presidente sabe, por exemplo, que coisas tão simples como marcações nas ruas que foram pavimentadas não são feitas logo e não são feitas zonas para a passagem de peões, como é o caso do acesso à La-Salette. Essa preocupação, de facto, na prática pode produzir poucos efeitos. Eu não estou a dizer que não haja uma preocupação, pois tem que haver, mas não é fácil percebe-la no dia-a-dia do cidadão, o cidadão não consegue perceber, do meu ponto de vista, que haja aqui uma preocupação do Município. É a minha opinião muito honestamente e daquilo que eu vou observando há aqui uns atrasos que eram importantes que nós fossemos capazes de os ultrapassar. E era tudo, Senhor Presidente. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia. Eu gostava de começar por referir, em jeito de balanço, aquilo que foi o evento “Há Festa na Aldeia”. É um projeto que se realizou pelo segundo ano consecutivo, que envolve as Aldeias de Portugal e que teve o seu encerramento e o momento mais importante em Ul. É um projeto feito pela ADRITEM e pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e envolve coletividades, associações e também as Freguesias envolvidas e que têm a ver com o Parque Temático

Molinológico: União das Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago e Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa/ Madail; União da Freguesias Pinheiro da Bemposta/ Travanca/ Palmaz e Loureiro. Uma nota especial para o envolvimento das empresas, de algumas empresas de Ul; para o encontro de empresários que se realizou este ano pela primeira vez; para o envolvimento da população e dos muitos visitantes que vieram a este evento e dos vários momentos culturais que pudemos apreciar neste evento que é já uma marca de qualidade naquilo que é designado Há Festa na Aldeia. Também uma nota para a divulgação, quer por parte do Parque Temático Molinológico; quer também pelas potencialidades gastronómicas que tem a ver com o Pão de Ul, a Regueifa e de outros produtos regionais que ali eram divulgados para se divulgar Ul e as suas potencialidades. Gostava de referir também que este próximo sábado, se vai realizar o XIII Convívio da Confraria das Papas de S. Miguel, que terá naturalmente o momento da entronização de novos confrades. Mas também um momento ótimo para unir, uma vez que é um evento que traz várias Confrarias ao Município de Oliveira de Azeméis e que têm a oportunidade de conhecer alguns pontos de Oliveira de Azeméis. Há o Desfile das várias confrarias desde o Largo da República até à Quinta de Cidacos, onde decorre propriamente o capítulo e com o envolvimento e empenho da D. Isabel Calejo e o Rancho de Cidacos com algumas recriações históricas e a oportunidade de se evidenciar aquela quinta e a história que ela encerra. Acho que é um momento importante de divulgação das nossas potencialidades gastronómicas e culturais. Relativamente às perguntas que me foram colocadas no que diz respeito ao programa Aproximar a Educação e ao requerimento relativo aos Transportes, eu gostava só de esclarecer o seguinte: Em primeiro lugar, nós não temos nenhuma proposta em concreto, temos alguns documentos de trabalho que constavam de algumas reuniões tidas e houve só duas. Já aqui foi dito em reunião de Câmara e acho que não vale a pena estar a repetir, desde julho, altura em que houve a última reunião e que nós demos conta em sede de Executivo, até hoje não houve mais nenhuma, nem nenhum contacto, nem nenhum tipo de evolução no que diz respeito ao Programa Aproximar a Educação. Portanto, como sabem, houve um conjunto de pedidos de informação que até ao momento não tiveram seguimento. Nós aguardamos, serenamente, sem nenhuma pressa que haja um documento em concreto, uma proposta em concreto, de modo a que se cumpra com aquilo a que nós nos comprometemos a discutir com todos os parceiros e com todos os interessados nesta matéria e naturalmente o Executivo também incluído. Eu acho, e devem concordar comigo, que há um tempo para tudo, um tempo para se negociar, no sentido de se avançar com propostas para a elaboração de documentos. Havendo uma proposta em concreto, haverá o momento da discussão, da ponderação dos prós e dos contras e da decisão e quando chegar ao momento da decisão, decidir de acordo com aquele que for o entendimento de todos. Não estão a ser cumpridos os calendários que estavam previstos inicialmente, é verdade, porque pensava-se que se pudesse avançar com este processo em setembro. Seguramente que não será em setembro, nem provavelmente em outubro. Como disse, não há nenhum documento em concreto neste momento para ser discutido, aliás isso também pode ser confirmado por outros municípios. O Senhor

Presidente acrescentou: Já agora o professor Isidro Figueiredo pode ser mais conciso. O Senhor Vereador Isidro Figueiredo não disse tudo, porque ainda esta semana fez um telefonema e falou com uma funcionária do Ministério da Educação e colocou-lhe o problema objetivamente “Estou a ser pressionado pelos Vereadores da Oposição para facultar os documentos que eu tenho registado como confidencias. O que é que eu faço? Dou ou não dou?” O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Eu trato todos os dias imensos assuntos relativos à Educação e este é mais um. Qual é a diferença? Senhor Presidente, assumo o compromisso perante o Executivo Municipal, perante os parceiros com quem nós já discutimos, que quando tivermos um documento acabado, acabado no sentido de ser aquilo que são os princípios que o Governo definiu para esta matéria e aquilo que realmente pode, ou que é, ou é possível, adaptar à realidade de Oliveira de Azeméis, nesse momento vamos discutir. Aliás, não me surpreende esta atitude do Senhor Vereador Manuel Alberto, quando taxativamente é feito um voto de desconfiança no meu de trabalho, naquilo que tenho de responsabilidades. Peço imensa desculpa, posso estar a ser injusto, mas é isso que tenho sentido, que há desconfiança permanente relativamente ao trabalho que eu tenho. Eu já me comprometi e o Senhor Presidente já se comprometeu publicamente a tratarmos este assunto com toda a transparência e vai ser e vai ser assim onde o Executivo estará incluído. Os meus colegas não têm que estar envolvidos neste assunto, neste momento, eles não têm a responsabilidade atribuída na área de educação, estou eu a tratar desse assunto. Num processo que envolve duas partes, há sempre um processo de confiança e de responsabilidade mútua. Se eu quiser provar esse processo de confiança entre as duas partes, que confiam uma na outra, tenho de vir para a praça pública dizer aquilo que eu estou a fazer? Entendam como quiserem. Sobre essa matéria, quando houver alguma coisa em concreto, eu acho que o Senhor Presidente concorda com isso, nós traremos ao Executivo e traremos à discussão. Não vale a pena estarmos a discutir uma coisa que hoje tem uma determinada configuração e amanhã pode ter outra, até porque sei que este assunto está a ser analisado juridicamente pelos juristas do Ministério da Educação. O Senhor Presidente disse: Este não é um problema exclusivo da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Eu peço imensa desculpa, eu interrompi e sabe que nem é meu hábito fazer isso. Mas é assim: Este é um problema de outras Câmaras Municipais geridas por outros Partidos, é um problema que tem sido discutido nos diversos Municípios que estão envolvidos. Os senhores até sabem que isso é verdade, os Vereadores da Oposição do PSD têm pedido insistentemente ao Executivo Socialista o mesmo tipo de informação que os Senhores têm pedido, pergunte ao Dr. Gil Nadais, que é seu colega e camarada de Partido por que é que ele ainda não deu os documentos aos Vereadores da Câmara de Águeda, que os estão a solicitar constantemente. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Relativamente a esta matéria, isso é discutível, pode merecer discordância, nós estamos perfeitamente abertos a que haja discordância, agora é um princípio e eu acho que deve ser mantido o princípio da transparência, mas também da responsabilidade e da confiança entre duas partes que estão a preparar o processo: E há-de ser discutido publicamente e há-de haver o tempo de discussão e depois a tomada de decisão. E se a tomada de decisão for

diferente daquela que é nosso entendimento, ninguém perde, ninguém ganha. É um processo participativo, democrático, como deve ser nestes casos e quando estão em causa interesses da qualidade da Escolas e naturalmente daqueles que no dia-a-dia vão poder usufruir ou beneficiar deste processo de proximidade com a área da educação. Relativamente ao segundo requerimento, só para dizer que estou a preparar a resposta e seguramente na próxima reunião farei chegar ao Senhor Presidente para responder relativamente ao que foi pedido dos transportes. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Eu acho lamentável que um colega de Vereação tenha este tipo de registo. Eu não aceito que um conjunto de documentação, que eu não tenho a menor dúvida que não pode ter esse carácter confidencial, que o próprio Governo lhe quer dar, não nos seja facultado. Não tenho nada que dar respostas sobre a ação de elementos de outros executivos, mesmo que sejam Socialistas, porque ser Socialista ou ser Social-democrata, ou de outro Partido qualquer, não coloca sobre a prática das pessoas um carimbo de certificação de qualidade. Eu não estou a dizer o que é qualidade, ou não. São práticas de indivíduos, de homens, que executam ações e podem ser corretas numa altura e incorretas noutra, portanto não é o Partido que vem determinar aqui se as pessoas estão a ser corretas, ou não. Eu acho que é incorreto que um Governo para já coloque a questão desta forma. O Professor David Justino considerou que isso não deveria ser uma prática, pelo contrário, deveria ser partilhado nesta fase, não na fase posterior. Esta é a fase em que as pessoas podem construir uma proposta que depois pode ser mais amplamente na proposta final, eventualmente, consensualizada ou não. É uma questão e forma de ver os problemas da gestão do município que é uma entidade pública e que deve merecer respeito dos oliveirenses, neste caso. Mas então tem que se portar como uma pessoa de bem e o Município não se está a portar como uma pessoa de bem nesta matéria, porque não está a ser transparente, não está a partilhar isto com os parceiros que estão envolvidos neste processo. Vai partilhar uma proposta? A proposta está construída, com base em quê? Com base, num contributivo, num indivíduo, num executivo? Isso é completamente descabido, mesmo que o Governo o queira assim. Eu não estou aqui a menorizar o papel de um elemento, eu não estou a dizer isso, é óbvio que esse papel não é tão rico e não é, digamos, forte em termos de proposta para se apresentar sendo ela partilhada na construção. O Governo quer que seja assim, mas não temos de estar de acordo com o Governo, mesmo que ele seja do nosso partido. Ainda relativamente a este assunto o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Eu não quero, sinceramente, que este assunto seja um caso. O que nós estamos aqui a discutir é o início do ano escolar em Oliveira de Azeméis, se correu bem ou não correu. A abertura do novo ano escolar correu bem, não falhou nada, ao contrário de outros. Essa é que era a discussão que nós devíamos estar aqui a fazer. Agora é assim, deixe-me só dar esta nota: em junho ou julho houve a vontade política de com o chamado programa “Aproximar” descentralizar competências do Ministério da Educação para as Câmaras Municipais. Erradamente se falou na municipalização da Educação. Erradamente. E o Senhor se falou com Professor David Justino, talvez o Professor David Justino lhe tenha dito, pelo menos no dia em que estive com ele disse, que a questão da descentralização, sim;

municipalização, não. O Município de Oliveira de Azeméis foi chamado a reuniões ao Ministério da Educação, tal como nove ou onze municípios. Destes municípios, houve um município que foi o Município de Óbidos que disse “não, não queremos a descentralização, nós queremos a municipalização, queremos gerir os professores; queremos tratar a Educação de cima a abaixo e, portanto, não aceito cá nada de descentralização, quero municipalizar”. Esta foi a discussão, numa reunião em que participou o Senhor Vereador Isidro Figueiredo com onze câmaras municipais. Depois, há um momento Senhor Vereador, há um momento de vontade de concretizar esse processo de descentralização até a abertura deste ano letivo. O Município de Oliveira de Azeméis disse “o ano letivo vai começar amanhã, cuidado, portanto, nós não vamos parar nada daquilo que estamos a fazer, por causa deste processo, isto vai andar, nós vamos preparar o início do ano letivo como não houvesse alteração nenhuma.” O último contacto, tirando este telefonema que foi feito a meu pedido pelo Vereador Isidro Figueiredo, o último contacto foi no mês de junho ou julho. Nós recebemos, Senhor Vereador, eu recebo e depois reencaminho para o Senhor Vereador Isidro Figueiredo, centenas de comunicações do Ministério da Educação relativamente aos mais diversos assuntos e esses documentos são documentos normais dirigidos à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Entretanto, o Município de Oliveira de Azeméis e o Senhor Vereador Isidro Figueiredo recebeu documentos que vêm com um carimbo que diz “Confidencial”, portanto não são documentos iguais aos outros. Só peço que façam esta reflexão connosco, porque quando o documento vem caracterizado de uma forma diferente quer dizer alguma coisa. Eu entendo isso e o Senhor Vereador pode dizer que discorda e pode dizer que também é membro do executivo e que não tem acesso a esses documentos. Eu não estou a dizer que não tenha acesso, agora permita-me que eu procure de alguma forma algum conforto para poder partilhar isso. Esta discussão a ser feita tem de ser de forma tranquila, objetiva e não com expectativas sobre dados que o Senhor recebeu de manhã e à tarde já saiu outro documento com dados completamente diferentes dos que tinha recebido de manhã. Se o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Administração Local, que estão a trabalhar no Programa Aproximar a Educação, disserem que os documentos podem ser distribuídos a toda a gente, eu na hora distribuo os documentos. A colocação dos documentos de Matosinhos nas redes sociais e na página (site) da Câmara Municipal, gerou muito desconforto, gerou uma discussão completamente invertida sobre esta matéria e a própria Câmara de Matosinhos foi contactada pelo Ministério da Educação a dizer que aquela atitude não ajudava em nada na implementação da reforma. O Senhor vai ter a oportunidade de discutir esta matéria em dois planos, o Senhor tem a vantagem de ser professor, portanto vai discutir isto na sua escola, no seio da sua comunidade escolar, enquanto professor, e vai discutir isto na Câmara Municipal, enquanto Vereador, com toda a informação disponível. Ninguém está aqui a omitir nem a ocultar nada. Estamos a falar de coisas que foram dadas com esse registo, mais nada. O Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge usou da palavra para dizer: Eu acho que procurou desviar o assunto para a questão da abertura do ano escolar e a questão da abertura do ano escolar é uma coisa que deve ser encarada com toda a normalidade. O ano

escolar deve arrancar bem e, portanto, isso não nos deve surpreender. Agora o que nós estamos a falar é efetivamente da municipalização da educação, embora lhe tenhamos dado outro nome, porque efetivamente aquilo de que estamos a falar é da delegação de um conjunto de competências da maior relevância ao nível da gestão de currículo; ao nível da gestão pedagógica; ao nível das infraestruturas; ao nível da gestão dos recursos humanos, etc....O que nós entendemos, e de certeza que Isidro Figueiredo também entende isso, é que uma reforma desta natureza, com esta importância, com este impacto, não pode ser trabalhada nos bastidores, à revelia dos pais, à revelia dos professores, à revelia dos Vereadores da Oposição ou de outros Colegas do Executivo. Eu vou então colocar algumas questões e um esclarecimento. Começo por saudar a pertinência do tema que aqui foi trazido sobre as questões da mobilidade e acessibilidade e dizer que fiquei preocupado com as respostas que foram dadas pelo Senhor Vereador Pedro Marques e pelo Senhor Presidente de Câmara, que manifestamente revelam que não aprenderam, nem compreenderam o que é um plano de mobilidade e acessibilidade. E obviamente que é preocupante. Porquê? Porque as questões de mobilidade e acessibilidade não são questões circunstanciais, casuísticas, mas estruturais e não se podem resumir à questão do Calvário, à questão das passadeiras, à questão da acessibilidade ao edifício, não se podem resumir apenas a isso. Um plano de mobilidade e acessibilidade é um instrumento de ordenamento e desenvolvimento territorial e deve ser pensado dessa forma. É um instrumento que é desenvolvido com planeamento, com esclarecimento e com pensamento. Portanto, objetivamente, aquilo que se espera de um plano de mobilidade e acessibilidade é que seja um guião sobre a forma como fazer bem, sobre a forma de como construir bem uma cidade, um concelho, sobre a forma como afirmarmos e valorizarmos o nosso território. Tenho de reconhecer uma coisa: um plano de mobilidade e de acessibilidade não é propriamente uma coisa que se faça com selos, envolve investimentos, envolve dotações orçamentais que permitam a sua concretização. Efetivamente, nós em termos daquilo que são as reflexões dos orçamentos, da nossa orientação estratégica em termos de mobilidade e acessibilidade, elas são absolutamente residuais e não vão permitir transformar o concelho de Oliveira de Azeméis num concelho com mobilidade e acessibilidade eficaz. E, portanto, trazer este assunto, discutir este assunto, aliás reagendar este assunto para uma oportunidade futura. Acho que faz todo o sentido discutir em sede de Executivo e sem confidencialidade as questões da mobilidade e acessibilidade, porque são absolutamente estratégicas para a afirmação de um concelho moderno e de um concelho competitivo que respeite os seus cidadãos, que crie condições de qualidade de vida, que crie condições para que o fluxo de pessoas e bens no interior da sua área territorial se faça com qualidade e com toda a serenidade. Queria esclarecer uma afirmação que foi feita pelo Senhor Vereador Pedro Marques numa reunião passada, quando lançou de certa forma alguma suspeição sobre a Associação Comercial e também sobre uma técnica prestadora de serviços da Associação Comercial, avençada também da Associação Comercial e da UAC, quando referiu que a contabilidade de 2009, 2010, 2011 e 2012 não estava concluída porque os documentos não tinham sido aprovados. A verdade é esta: a contabilidade de 2009

foi, efetivamente, encerrada por essa TOC (Técnica Oficial de Contas); existe mesmo o relatório de contas respetivo; esta TOC enviou, em julho de 2010, mais concretamente em 06 de julho de 2010, uma carta rescindindo os seus serviços com a Unidade de Acompanhamento porque os honorários não eram pagos desde abril de 2009. Basicamente o que se passou foi isso. A partir desta data obviamente que a responsabilidade dos seus exercícios e da elaboração dos relatórios de contas deixou de ser da sua responsabilidade e passou a ser da responsabilidade do técnico (TOC) que assumiu e assegurou esses serviços. Portanto, basicamente, para dizer, neste caso concreto, que cada um deve assumir as suas responsabilidades e obviamente este esclarecimento é em abono da verdade. Para dizer que importa verificar se estas contas efetivamente existem ou não existem. Se existem, por que é que não foram aprovadas? Se não existem, porque é que não existem? Quem foi o responsável pela sua não execução? Porque garantidamente a Associação Comercial e a sua técnica de contas, que é prestadora de serviços da Associação Comercial, não tem rigorosamente culpa nenhuma no incumprimento daquilo que está previsto nos estatutos da UAC. Mas também o que importa aqui realmente fazer neste processo é que a Câmara, que é uma entidade de bem, reconheça e assuma a dívida e existente e que a pague aos fornecedores, embora a quase totalidade seja só de um fornecedor, e que resolva este problema de uma vez por todas, porque o fornecedor não tem que continuar a ser penalizado por questões que lhe são alheias. Senhor Presidente só duas ou três notas. Senhor Presidente, foi abordada aqui a questão da Indaqua, resolva isso por favor. Para perceberem a importância do que aqui foi dito, eu pergunto: Sabe-me dizer qual é o montante que foi investido pela concessionária até agora? Qual a taxa de cobertura da rede de água e saneamento prevista para o final 2014? Tem essas informações também em relação ao ano de 2015? E por aqui, com a dificuldade naturalmente que vai ter de responder a isto, diz a importância da Comissão de Acompanhamento que integrará naturalmente um elemento do executivo camarário e que ficará na posse de todas essas informações. Uma outra questão tem a ver com o Centro social de Pindelo. Soube que a Autarquia deve cerca de 60 mil euros a esta entidade ainda da participação, julgo eu, do complemento do programa PARES. Era tentar perceber se a Autarquia tem condições para proceder à liquidação desta verba, porque por aquilo que sei o Centro Social de Pindelo tem contratualizado um empréstimo que poderá ser atenuado se esta verba for paga, desde que a Autarquia tenha, naturalmente, essa disponibilidade. Em relação à explicação que foi dada pelo Dr. Pedro Marques sobre o Programa de Contrato de Desenvolvimento Desportivo com a Oliveirense, em relação ao documento deste ano vamos aguardar; em relação aos anos anteriores, em que a renovação do apoio foi feita de forma automática, eu gostaria de saber, obviamente para nos tranquilizar, se esses programas realmente existem e se foram feitos da forma correta, porque foi-me dito aqui de forma perentória que existiam, mesmo não sendo necessários. Senhor Presidente, eu tenho de fazer uma recomendação no sentido de que não viesse cá mais nenhum contrato de desenvolvimento desportivo para aprovar sem o respetivo programa, porque temos de saber em rigor para que é que damos o dinheiro, onde o aplicamos, e esse programa de desenvolvimento desportivo serve

precisamente para suportar o apoio que damos às coletividades e às instituições. Também pergunto: obteve alguma informação dos serviços em relação àquele edifício complementar da Praça da Cidade que estava previsto no contrato de concessão? Queria perguntar também: Já se verificou a reunião com a tutela, nomeadamente com o Ministério da Administração Interna, sobre o protocolo para a requalificação do Quartel da GNR de Cucujães e de Cesar, que não têm grandes condições? Foram abordadas as questões que têm a ver com o número de efetivos para que a segurança das populações seja assegurada? As Juntas de Freguesia, claro que eu penso que sim, têm sido envolvidas na solução? Sabe que eu sei que a Junta de Freguesia de Cucujães, por exemplo, tinha outra solução, uma outra opinião para a requalificação do Quartel da GNR de Cucujães. Portanto, gostaria de saber se tem sido envolvida no processo que tem vindo a ser seguido. Uma outra questão era para o Vereador Ricardo Tavares. Ele, em junho ou julho, referiu que no final deste mês ia trazer uma proposta de sinalética para a cidade, sinalética horizontal, direcional, estudos de trânsito. Era basicamente saber o ponto de situação, porque estamos efetivamente no final do mês. E depois tinha uma outra questão que tinha a ver com aquilo que aparece publicitado no site da Câmara. Normalmente é pomposo e basicamente refere que a Câmara transfere para as Juntas de Freguesia quinhentos e cinquenta mil euros e que o objetivo é apoiar financeiramente as despesas de conservação, reparação e manutenção de infraestruturas. Depois faz uma elencagem de todas as competências previstas na lei, dizendo que essa verba assegura definitivamente todas essas competências. Senhor Presidente, o que eu queria saber, porque é isto que nós vimos aqui discutindo há muito tempo, é se esta é a verba que pretendemos realmente transferir para as Juntas de Freguesia, ou seja, se objetivamente o que nós pretendemos atribuir são estes quinhentos e cinquenta mil euros, porque esta é uma verba que sempre transferimos. Aliás, esta verba é inferior há que transferimos no passado, é uma verba que é manifestamente insuficiente para os nossos Presidentes de Junta responderem às suas necessidades atuais. O Senhor Presidente disse: não tem nada a ver com os contratos de execução. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge continuou a sua intervenção: Não tem? Há essa tranquilidade. O que eu queria perceber é que verba que nós estamos a pensar contratualizar com as Juntas de Freguesia, porque temos aí o Orçamento à perna e gostaríamos também de ser envolvidos nessa discussão. Que verba é que se está a pensar afetar? O prazo legal, que nós tínhamos, para proceder a essa transferência de competências, foi ultrapassado. Relativamente aos meios físicos e humanos que vão ser necessários afetar às Juntas de Freguesias para que elas possam assegurar essas competências, também não temos sido envolvidos na discussão e não temos sido envolvidos porque se calhar ainda não começou. Nós não queríamos era que tudo ficasse na mesma e nós perdêssemos uma oportunidade importante para ter nas Juntas de Freguesia uma real possibilidade de delegarmos competências, de termos políticas de proximidade, de termos uma gestão mais efetiva e mais eficaz de recursos e não deixarmos que o tempo acabe por fazer esmorecer esta proposta. É evidente que nós falamos no final de julho para termos aqui as respostas das Juntas de Freguesia, tivemos o final de agosto, temos o final de setembro, Senhor Presidente, eu sei que

tenho dito várias vezes, ponha um talho a isto. Quem estiver está, seja do Partido Socialista, seja do PSD, seja do CDS, seja Independente; quem não estiver, não está. Foi dado um prazo e os prazos são para serem cumpridos. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Quer que eu lhe diga o que é que eu penso, sobre o assunto? Se nós mandarmos agora para as Juntas de Freguesia um documento tipo todas elas respondem. S. Martinho da Gândara foi a Junta de Freguesia que nos mandou uma série de documentos e de ideias, S. Roque também. Julgo que foram as duas que nos mandaram até ao momento. E se calhar posso dizer que do ponto de vista administrativo esta semana foi dado mais um passo nesse sentido, porque impus, não impus prazos às Juntas porque não gosto de o fazer, prazos internos para o fazer. E se calhar, vai ser mais fácil nós mandarmos um documento tipo a todas e elas preencherem ou perceberem, porque nós já disponibilizamos técnicos, que já foram ao terreno, já falaram com as Juntas, alguns até foram à Assembleia de Freguesia e é como o Senhor Vereador diz “as respostas não chegam.” Também avançar com uns e não avançar com outros, não é correto. Agora, se calhar vamos ter é de formatar a coisa e mandar um documento tipo. Há aqui coisas muito diferentes como o Senhor Vereador compreende, há vários critérios: há o critério do quilómetro quadrado; há o critério da população. E eu acho que nós temos de ser capazes de constituir aqui uma matriz que seja equilibrada e, como sabe, que venha corrigir até algumas assimetrias e algumas coisas que aconteceram aquando da distribuição desses seiscentos mil euros. O objetivo é esse. Na preparação do próximo exercício orçamental isto tem de estar resolvido. Quanto à questão do Senhor Vereador Hélder Simões sobre a Escola Superior Aveiro Norte e o Parque do Cercal, dar-lhe as seguintes informações: O Parque do Cercal abriu as suas instalações a 15 de setembro, aliás, isso até vem descrito na última edição do jornal “Correio de Azeméis” numa entrevista com o professor Martinho. Estamos satisfeitos, mas o processo ainda não está totalmente concluído. A própria Universidade de Aveiro e eu em conversa que tive com o Senhor Reitor da Universidade de Aveiro queremos marcar um dia em Oliveira de Azeméis. A Universidade de Aveiro vai abrir a 22 de outubro oficialmente o ano académico. Quanto ao processo de transição, nós entregamos as chaves à Universidade de Aveiro há algum tempo e o processo de transição foi feito com meios da Universidade, meios da Câmara Municipal, meios humanos e camiões, e de empresas privadas. Havia muita coisa para transportar e havia equipamentos adquiridos que não estavam no Rainha por impossibilidades de logística, máquinas de trabalho do setor dos moldes que estavam em algumas fábricas e até as próprias empresas ajudaram nesse transporte. As coisas têm corrido com alguma naturalidade, a chuva também não tem ajudado, mas as coisas têm corrido bem. Nós estamos a finalizar esse processo, naturalmente que o Senhor Vereador Hélder Simões acredita que não há ninguém mais interessado do que nós, para cancelar as rendas do Rainha e o mais rápido possível. Agora, não podemos pedir ao senhorio para não as pagar se ainda há lá material, se ainda há lá coisas para tirar. E, portanto, esse é um processo que está a ser acompanhado muito por perto, até porque o Rainha tem neste momento empresas a querer alugar aquele espaço e o próprio Rainha também tem interesse que a Câmara saia o mais depressa possível. Esta

situação já está assegurada há muitos meses, já foi falado com eles há muitos meses e, portanto, nós não precisamos dessa situação da carta registrada. Só para lhe dar nota de uma situação importante que está ultrapassada, na próxima segunda-feira inicia-se a passagem do TUAZ à porta da Universidade. É muito importante e foi esta semana fechado o compromisso com o operador. Não foi um parto fácil, mas está assegurado o transporte a partir de segunda-feira. Fechamos também a iluminação pública no acesso à Universidade, mais concretamente da Rotunda do Rufino ao Cercal. Depois falta o resto e isso é com o Senhor Presidente da Junta de S. Roque, se ele tiver dinheiro. Também esta semana ficou resolvida a questão da iluminação para dentro do Cercal. A iluminação para a parte de cima ainda estamos a trabalhar com a EDP, atendendo a que é uma Universidade e pode ser ligada à Inovação, como é a Universidade de Aveiro, pode ser que haja alguém que se disponibilize a colocar a iluminação e nós só paguemos a mão-de-obra e a instalação, mesmo os candeeiros, as luminárias está ser tudo tratado. A iluminação pública já resolve a questão do estacionamento. O estacionamento ali à face da estrada fica logo resolvido, mas nós entendemos que era importante também colocar luz até á porta da Universidade e em todo aquele espaço, até porque aquele espaço é um espaço bonito e queremos que seja também um espaço atrativo não só para os estudantes mas também para a nossa comunidade. Quanto à questão da Indaqua: eu hoje vou mandar cópia da ata para a Indaqua e vou impor um prazo à Indaqua para indicar um elemento para a comissão de acompanhamento. Quanto à questão dos funcionários, trago informação na próxima reunião. Sei que dos acordos de cedência houve um funcionário que já voltou para a Câmara, foi para a Indaqua e já voltou para a Câmara. Eu acho que foram menos de 20 funcionários. Quanto à questão da obra no Pinheiro da Bemposta, tomei boa nota da questão do licenciamento. Eu estive com o Senhor Presidente da Junta, quando foi lá o Foral Manuelino e já conversamos também sobre esta matéria noutras ocasiões e convém resolver definitivamente esta questão. A semana da mobilidade, já aqui falamos sobre isso, mas eu queria dizer-vos o seguinte: Se estiverem de acordo, eu já tinha aqui aquando da intervenção da Senhora Vereadora Ana de Jesus, inscrever um ponto na Ordem de Trabalhos sobre isto na reunião de 23 de outubro. Julgo que era importante nós prepararmos duas ou três intervenções sobre esta matéria. Sobre o Plano, o Plano que existe, como vocês sabem quando nós aprovamos aqui os Planos, qualquer Plano é um Plano e, depois, naturalmente, precisa da fase de execução do mesmo. Eu acho que a falta de comunicação ou publicidade à Semana da Mobilidade aconteceu. As atividades previstas para os dias 16, 18 e 20 de setembro, foram alteradas para os dias 25, 26 e 27 devido ao mau tempo. Como vocês sabem quando isso acontece, estamos a falar de um passeio de bicicleta, estamos a falar de uma caminhada, são coisas que depois a própria comunicação tem ruído. Altera ou não altera? Altera para quando? Conforme vocês viram, eu procurei logo junto dos serviços esclarecer imediatamente, porque eu sabia que estas coisas existiam A Senhora Vereadora na sua intervenção disse uma coisa bastante interessante que para quem tem de tomar decisões é uma coisa tremendamente difícil, que é: a compatibilização das árvores nos passeios das ruas com as questões da mobilidade condicionada. É um drama. Se

a árvore está lá e tem que se cortar a árvore para passar uma cadeira de rodas é o fim do mundo, porque somos uns assassinos, porque cortamos as árvores. Mas, temos de pensar nas pessoas também e o pensar nas pessoas é nessas com mobilidade reduzida, há sítios onde uma cadeira de rodas não passa e só passa se cortarmos a árvore. Essa preocupação tem acontecido agora naquelas que são as novas obras, até por questões legais. Mas essa é uma reflexão que eu acho muito bem que nós a façamos em conjunto, sem nenhum constrangimento, sem nenhum problema e envolver até a própria sociedade nisto, porque há vários sítios do nosso concelho onde temos os passeios completamente esventrados e que a única solução que há para resolver esse problema é cortar a árvore. É preciso muito bom senso, muita informação, muita discussão, relativamente a esta matéria. Quanto à questão do “Aproximar a Educação”, já discutimos, até demais na minha opinião, mas vamos tentar ver se ainda até ao fim desta semana, pelo menos, nós retiramos a “espuma” da discussão para podermos discutir sobre as questões concretas. Já todos percebemos que o que queremos é que corra bem, mas vamos ver se do ponto de vista da metodologia ninguém comete nenhuma imprudência. Quanto à Casa Museu Regional, nós podemos ter no Overbooking dinheiro para a regeneração urbana. O Senhor Secretário de Estado, na última intervenção pública que fez, mas ele quando fala em muitos milhões eu fico sempre desconfiado, falou em 1,5 mil milhões de euros de regeneração urbana para o país, diretamente no Portugal 2020. Nas verbas do overbooking nós ainda podemos fazer se calhar alguma coisa do ponto de vista da regeneração urbana e, portanto, esteja tranquilo nós estamos a trabalhar nisso. Os técnicos foram lá, o levantamento está feito. Quanto à questão do Centro Social de Pindelo, só fazer uma precisão Senhor Vereador, a Câmara neste momento, que fique claro, não deve nada. A ter que pagar mais alguma coisa, temos de aprovar aqui uma adenda ao contrato, porque isso tem a ver com uma velha discussão que o Senhor Vereador se vai recordar, seguramente, que nós aqui tivemos e que desde que chegamos à Câmara, não voltou a acontecer. Nós nos contratos que fazemos com as instituições colocamos sempre uma palavra antes do valor que é “até” e, portanto, o que nós temos aqui, neste caso é o seguinte: a Câmara comprometeu-se a pagar X % da obra e neste momento a Dra. Gracinda Leal está na posse de todos os documentos e está a procurar ultimar o processo para vir aqui à reunião de Câmara e só depois de vir à reunião de Câmara é que nós podemos pagar. É justo fazer a alteração do contrato, porque tem a ver com valores aprovados mais tarde pela Segurança Social e, portanto, mantemos o princípio. Não é aquela coisa do valor total, é do valor que foi aprovado. Se a Senhora Vereadora conseguir fundo disponível, na próxima reunião isso virá aqui já com o plano de pagamentos para pagar. Aliás, o plano de pagamentos até já foi acertado com a instituição e eles estão confortáveis com a proposta que lhe demos. Quanto á questão que colocou sobre o quartel da GNR de Cucujães e Cesar, nós já tivemos uma reunião de trabalho com o Ministério da Administração Interna. Aliás, esta semana mesmo, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo esteve com o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro e, portanto, nós estamos a trabalhar insistentemente para resolver o problema dos dois Quarteis da GNR. Não vamos aguardar pela solução Ministerial, porque há obras que precisam de serem feitas e vão ser

feitas também aqui em Oliveira de Azeméis. Nós estamos em contacto direto com o responsável máximo aqui da GNR do destacamento e também falamos naturalmente daquilo que são o número de efetivos. O Senhor Vereador trouxe notícias interessantes do seu Chefe de Gabinete e mais uma vez ele pediu para não se falar, no dia em que se falar vai toda a gente querer remodelar os Quartéis da GNR, mas vai haver dinheiro e, portanto, pediu-nos para estarmos atentos a essa situação. As Juntas de Freguesia têm sido envolvidas na solução deste problema. Eu já tomei aqui nota da questão da sinalética. Para finalizar, eu queria propor um voto de louvor ao atleta João Domingues, que se sagrou Vice-Campeão Nacional de Ténis, perdeu a final, mas ganhou a seguir a Final de Pares. É Campeão Nacional de Pares e, tanto quanto eu julgo saber, está cheio de vontade para ganhar o Open de Azeméis. =====

===== Ausentou-se o Vereador Dr. Ricardo Tavares. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias onze e vinte e quatro do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Execução 2013 do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais do Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** Retirado. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM O GRUPO FOLCLÓRICO E RECREATIVO “AS CEIFEIRAS DE S. MARTINHO DE FAJÕES” (I/70543/2014):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos e o quadro de atribuições e competências concedidas às Autarquias Locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do ”Princípio da Subsidiariedade”, as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado, prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades

das populações; - Que foi pelo Grupo Folclórico e Recreativo "As Ceifeiras de S. Martinho de Fajões", solicitada a possibilidade de utilização das instalações do imóvel denominado "Escola do Areal", na freguesia de Fajões, para instalação da sua sede; - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pelo Grupo Folclórico e Recreativo "As Ceifeiras de S. Martinho de Fajões", designadamente na área cultural e recreativa, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com aquela Associação, ao abrigo da alínea f), n.º 2 do art.º 23º, conjugado com a al. u), n.º 1, art.º 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações)." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O CLUBE DE TÊNIS DE AZEMÉIS - TORNEIO**

"OPEN AZEMÉIS" (I/70426/2014): Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - A importância da realização na cidade de Oliveira de Azeméis do Torneio "OPEN AZEMÉIS"; - Que se trata de evento de relevante interesse social e desportivo que contribui decisivamente para a mobilização de atletas, jovens e demais espetadores, bem como promoção do desenvolvimento local; - Os fins prosseguidos pelo Clube de Ténis de Azeméis, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver as diversas modalidades desportivas; - Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 4198/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Ao abrigo das alíneas o) e u) número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com as disposições legais do Decreto - Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e a Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), a aprovação da minuta do Contrato programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Clube de Ténis de Azeméis, nos termos e condições ali estabelecidas." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – REORGANIZAÇÃO DO LAYOUT E LOCAIS DE VENDA NO MERCADO MUNICIPAL (I/70544/2014):** Pelo

Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Estabelece o art.º 18 n.º 1 e 2.º do Regulamento do Mercado Municipal que a indicação da localização e dimensão dos locais de venda é da competência da Câmara Municipal, que para o efeito terá em atenção a natureza, qualidade e quantidade dos bens e produtos, devendo o mercado estar dividido em sectores, tendencialmente do mesmo ramo de comércio; 2) O art.º 42.º n.º 1 do Regulamento do Mercado Municipal preceitua que sempre que por razões de interesse público se justifique, os locais atribuídos originariamente pelo processo idóneo, previsto no regulamento, podem ser alterados; 3) O plano de ação proposto pelo NCGMM, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Considerando ainda que: 3) É de interesse público, por razões de defesa do consumidor, a sectorização referida no ponto 1); 4) Compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, gerir equipamentos, nomeadamente o mercado municipal, estabelecendo ainda o art.º 42.º n.º 2 do Regulamento referido, que é da competência da Câmara Municipal declarar quando existem razões de interesse público, proponho: - Que ao abrigo do art.º 42.º n.º 2 do Regulamento do Mercado Municipal, sejam declaradas de interesse público as alterações dos locais de venda do Mercado Municipal, a levar a efeito pelo Núcleo de Competências de Gestão do Mercado Municipal, que visam garantir o cumprimento das regras de higiene e salubridade, e consequentemente a defesa do consumidor dos géneros disponibilizados no Mercado Municipal, bem como a promoção do desenvolvimento comercial do Município de Oliveira de Azeméis.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Houve muitos estudos sobre a localização do mercado, mesmo já depois deste último. Já pensamos localizá-lo em vários sítios, na altura a ideia chocou-me um bocado porque tínhamos gasto ali muito dinheiro, mas também não deixei de ser sensível a um espaço aberto, a um prolongamento do jardim, porque esta cidade ganharia uma abertura muito diferente. Parece que abandonamos essa ideia, é uma opção, parece-me que é aqui que nós queremos o nosso mercado. E então quando falamos em novos conceitos, em novas dinâmicas, porque efetivamente nós temos que querer uma de duas coisas do mercado: ou ele cumpre a missão que tem cumprido até atualmente, que é um espaço onde as pessoas vão para adquirir os seus produtos frescos; ou então falamos nos novos conceitos que foram aqui falados e se nós queremos um novo conceito nós temos que ver o mercado e toda aquela estrutura como um todo. Eu percebi que no layout estamos a prever um snack-bar, quando temos ali um problema enterrado há anos e que não conseguimos resolver. E se calhar mais do que estar a criar uma estrutura nova, temos de fazer um esforço e temos que concordar que ganhava uma dinâmica diferente se o Café Arcádia funcionasse. Acho que mais do que nós estarmos a criar um novo espaço, era pensar fazer um esforço para dinamizar aquela parte. Falamos aqui há bocadinho das acessibilidades e não me parece que o mercado seja um espaço acessível às pessoas com mobilidade reduzida, por isso temos de trabalhar essa parte. Temos de pensar em todas as lojas exteriores que estão abandonadas ou obedecem a conceitos que não têm nada a ver com estes novos conceitos. Se queremos criar um mercado com novas alternativas, que seja este o ponto de partida. Se a ideia

é transformar este num novo conceito e abandonar aquilo do mercado de quarta e sábado e nada mais além disso e se queremos alargar nós temos que olhar para estrutura, aproveitar as candidaturas para pensar no Salão Nobre, integrar isto numa nova centralidade que passe pelo mercado, mas que tenha outro chamariz para as pessoas irem àquele edifício. Acho que esse é que é o grande desafio e talvez este seja o primeiro passo de outros. Se realmente queremos trabalhar para aí, muito ainda há aqui para fazer efetivamente. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, nós tínhamos previsto no nosso Plano Diretor Municipal a instalação de um novo mercado, julgo que nas imediações do Staples, percebe-se claramente que abandonamos essa intenção e digamos vamos dando os primeiros tiros no Plano Diretor Municipal. O que importa aqui perceber é se efetivamente estamos perante a intenção de requalificar um espaço. Espaço esse que tem de ser modernizado, tem que criar respostas para as novas exigências dos consumidores. É verdade que não se consegue fazer isso de um momento para o outro, é difícil. Os hábitos de consumo alteraram substancialmente nos últimos anos, mas das duas, uma: ou acreditamos que estes espaços revitalizados podem, embora sendo redefinida a sua função, ter um papel importante na dinamização das áreas centrais das cidades ou das zonas periféricas das cidades; ou podem ser também uma nova forma de comercializar e também responder à realidade que nós temos, que é uma realidade agrícola forte e, portanto, nesse sentido é bem-vinda, saudamos esta proposta de alteração. Tive alguma dificuldade em perceber o que vai ser feito, percebo mais pelo que está escrito do que propriamente pelo aspeto visual. Para nós o que é importante é que esta resposta seja mesmo uma resposta pensada em várias vertentes. Esse conceito novo que queremos para o mercado tem que observar questões de acessibilidades e mobilidade já aqui referidas; tem que observar questões que têm a ver com o conforto dos consumidores em relação ao vento, à chuva e ao frio do espaço; tem que observar as questões de mobilidade interna; tem que observar as questões dos serviços que estão disponíveis, não faz sentido não termos WC's condignos no interior do espaço. Temos o antigo Posto de Turismo que pode ser requalificado para isso, está aqui a observação ainda da manutenção desta unidade de turismo, mas pode ser requalificada para isso, porque não faz sentido alguém atravessar a rua para ir ao WC, muito menos crianças o irão fazer em condições de segurança e esses WC's também não têm a dignidade que deviam ter para o universo dos utentes deste espaço. Tem ainda que observar as questões que têm a ver com a criação de condições de segurança ao nível de sinalética; ao nível dos apoios nas escadas, as próprias escadas são escadas estrábicas, nós temos que olhar seriamente para aquelas escadas porque têm havido lá inúmeras quedas, algumas delas com alguma gravidade e a colocação de pisos antiderrapantes, o alargamento dos degraus, a redefinição do desenho das escadas são questões importantes, para não falar noutras questões porque se calhar seria acusado de não perceber a realidade. Há aqui uma panóplia de questões extremamente importantes, que se calhar têm de ser pensadas numa estratégia de requalificação do Café Arcádia, não sei em que contexto sendo aquilo um problema com o particular, não sei como é que vamos ultrapassar isso; também da própria

requalificação da Praça José da Costa; a forma como pretendemos disciplinar todo o estacionamento, condicionar se calhar nos dias do mercado a duração do estacionamento; dinamização da própria rua pedonal; aquelas lojas necessariamente têm que ter uma resposta seja ela qual for, porque é um péssimo exemplo e podem funcionar como um complemento para a dinamização do mercado. Há ali um conjunto vasto de respostas que têm que ser dadas e esperamos que este primeiro passo que está a ser dado seja um passo no sentido de o concretizarmos, porque efetivamente é um facto que hoje temos novas realidades de consumo, mas aquele mercado também tem um enorme simbolismo para todos nós, constitui para muitos de nós e nossos antepassados referências históricas muito importantes. O coração da cidade passou sempre por aquela zona e, portanto, nós temos a obrigação de perpetuar essa memória coletiva e a melhor forma de o fazermos é requalificar sendo essa a intenção de manutenção do equipamento, requalificá-lo no sentido de o dotar de condições dignas para a sua missão. O Senhor Presidente esclareceu: O PDM é um documento de gestão, de planeamento a médio e longo prazo, não é uma coisa imediata. Nós fomos confrontados com duas questões: ou optamos por fazer um mercado novo onde a localização é na zona do Staples, junto ao Centro Coordenador de Transportes, havendo até uma ligação entre uma coisa e outra, essa vontade, essa disponibilidade e essa opção mantém-se naturalmente; mas não podemos à conta disso dizer que enquanto não se fizer o mercado não se faz nenhum investimento na atual estrutura, isso é impossível, até porque a atual estrutura precisa de ser modernizada. É muito importante melhorarmos este espaço, não só do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista do conceito, mas isso não implica que se deixe de pensar ou sonhar com outro local para a localização do mercado. Nós entendemos que a localização que foi apontada no PDM é uma localização correta, não de forma isolada, mas com tudo aquilo que está previsto ali à volta nomeadamente o Centro Coordenador de Transportes. Com isto não estamos a violar o PDM, nem a contrariar nada dessa opção do PDM. Estamos a dar resposta imediata a uma situação que existe, que é concreta. Eu acrescento também à questão da acessibilidade e da mobilidade no interior do mercado e do conforto dos consumidores, o conforto de quem vende, porque também precisam de se sentirem bem lá. É importante dar-lhes condições, é importante criar-lhes condições do ponto de vista das novas regras que estão definidas por lei agora e nós enquanto proprietários do espaço temos que fazer isso e sabemos que neste momento há lá situações que estão muito precárias para quem está a vender e para quem está a comprar. Temos já soluções para retirar aqueles toldos horríveis que são ali colocados ao sábado e à quarta-feira, é uma solução que não choca com nada e que se mantém naquela lógica do mercado, mas acima de tudo dar também uma nova vida àquele espaço. Não podemos fechar o mercado para fazer obras, estas obras conseguem-se fazer sem encerrar o mercado. Naturalmente que é pensar na revitalização do espaço, a pensar no consumo, hoje percebe-se perfeitamente a diferença entre um mercado e uma feira, hoje o mercado é uma coisa de produtos frescos, de qualidade, da terra e se possível da nossa terra, com peixe, com carne, com legumes, dar ali uma nova vida àquele espaço. É isso que temos e vamos fazer, não

abandonando aquela que é opção estratégica em termos de PDM. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REDUÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVACÃO DE ALVARÁ DE CONCESSÃO – MERCADO MUNICIPAL (I/70498/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que está em vigor o período de Renovação de Alvarás de Concessão para os Operadores no Mercado Municipal de Oliveira de Azeméis, cujo prazo expira a 29/09/2014, conforme o disposto no artigo 32º, nº 1 do Regulamento Municipal; - Que, os pedidos de Renovação de Alvarás de Concessão têm associado o pagamento de uma Taxa Municipal (artigo 32º, nº 2 conjugado com o Artigo 8º, nº 1 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais); - As solicitações, via petição, apresentadas pelos representantes dos operadores do Mercado Municipal, no sentido de haver uma tomada de posição por parte desta Câmara Municipal, no que respeita ao valor da Taxa de Renovação de Concessão do Alvará em vigor, tendo em conta as dificuldades económicas que atravessam; (anexa a esta proposta de deliberação) - o cenário socioeconómico recessivo da atividade económica que o País está a enfrentar; Considerando ainda que: - O Art.7º, nº5 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais prevê a redução do “...pagamento de taxas, preços outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo,... sempre que o Município pretenda efetuar campanha que incentive os munícipes a usufruir dos seus serviços...”; proponho: - A redução do pagamento da Taxa de Renovação a aplicar a todos os pedidos de Renovação de Alvará de Concessão em 50%, nos termos e para os efeitos do art.º 7º, nº5 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais. - Que se faculte o pagamento faseado até ao máximo de 5 prestações, desde que, o interessado assim o requeira.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REDUÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO MENSAL DAS LOJAS I A X DO MERCADO MUNICIPAL (I/70558/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A solicitação, em reuniões havidas no decorrer do 1º semestre de 2014 com os representantes das lojas I a X do Mercado Municipal, no sentido de haver uma redução na mensalidade atualmente em vigor, no valor de 203,24 €, aquando o período de renovação das concessões, tendo em conta as dificuldades económicas que atravessam; - O abrandamento da atividade económica que o País está a enfrentar; - Que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara, através de deliberação fundamentada conceder isenções totais relativamente às taxas e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela (art.º 6.º n.º 1 do RTLORM); Considerando ainda que: - Atendendo ao argumento de minoria de razão, se a Assembleia Municipal por proposta da Câmara pode o mais, nos termos e para os efeitos do art.º 6.º n.º 1 (isentar totalmente) também pode o menos, isto é isentar parcialmente. Proponho: A redução do pagamento da taxa mensal

das lojas I a X do Mercado Municipal em 60% nos termos e para os efeitos do art.º 6.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 6 TC (I/70173/2014)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 06 no valor de €49.118,15 (quarenta e nove mil cento e dezoito euros e quinze cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DO GEMINI” – RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA (I/70594/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/70156/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação dos Autos de “Vistoria para Receção Definitiva” e de “Receção Definitiva” relativos ao Lote 1 - Arranjos Exteriores, Lote 2 - Parque de Estacionamento Subterrâneo e Lote 3 - Edifício Multiusos da obra “Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini” – Processo nº 002/2002/DEM/GTC, e da consequente receção definitiva da obra no seu todo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALETTE” – RECEÇÃO PROVISÓRIA (I/70618/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/63008/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do Auto de Receção Provisória da empreitada “Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette” - Processo nº 009/2012/DME, e da consequente receção provisória da obra no seu todo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALETTE” – AUTO N.º 01 TME (I/70605/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/62999/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa

ao livro de atas, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 01-Tme, relativo a trabalhos a menos (não necessários realizar) com o valor de € 2.349,05, ao qual acresce o IVA, da empreitada "Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette" - Processo nº 009/2012/DME. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1478/2014." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE "CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE" – RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO (I/70698/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: "Tendo em conta o Relatório Final do júri do concurso público da empreitada "Centro de Interpretação do Vidro - 2.ª Fase" - Processo nº 005/2014/DEC (I/70560/2014), e o documento com a referência I/70664/2014, proponho: – A exclusão das propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes: Norcep – Construções e Empreendimentos, Lda., Socertima – Sociedade de Construções do Cértima, Lda., Veiga Lopes, Lda., Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda., Teixeira, Pinto & Soares, Lda., Manuel Francisco de Almeida, S. A., Joaquim Fernandes Marques & Filho, S. A., Costa & Carvalho, S. A., Costeira – Engenharia e Construção, S. A., Comporto – Sociedade de Construções, S. A. e Empripar – Obras Públicas e Privadas, S. A.; – A aprovação da proposta apresentada pelo concorrente constante do quadro seguinte:

Ordenação	Proposta	Valor
1.ª	CIP – Construção, S.A	€ 1.214.960,08

A adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente CIP - Construção, S.A., que é a primeira classificada da lista ordenada; – Deverá a Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões (DEC) proceder às seguintes diligências, via plataforma eletrónica: - Notificar em simultâneo a todos os concorrentes a decisão de adjudicação, enviando-se o Relatório Final; - Notificar o adjudicatário, juntamente com a decisão de adjudicação, para no prazo de 10 dias, a contar da data da notificação, apresentar os documentos de habilitação, prestar caução e confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OUTROS** =====

===== **PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS (I/70603/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerações de facto: 1) Não obstante o Consultor Jurídico, Dr. Carlos Patrão prestar assessoria jurídica ao município desde 1981, apenas foi celebrado contrato de avença escrito em 27 abril de 1992 – valor mensal de 185 000\$00 + IVA + subsídio férias e Natal, contrato esse que foi sucessivamente prorrogado e sofrendo algumas alterações; 2) Do contrato

escrito consta que terá a duração de um ano prorrogável por iguais períodos, podendo qualquer um dos outorgantes denunciá-lo com a antecedência de 90 dias, e terá início com efeitos reportados a um de janeiro de 1992; 3) Foi deliberado em reunião de 14 de dezembro de 1993 a atualização da remuneração para 295 000\$00 / mensal + IVA, com efeitos a setembro de 1993; 4) Por deliberação de 01 de março de 2011, foi ratificado e convalidado a reapreciação e emissão de parecer favorável às renovações do contrato para os anos de 2009, 2010 e 2011, correspondendo o valor em 2009 de 3 242,19 €/ mensal + IVA, em 2010= 3 242,19€/ mensal + IVA, e em 2011 = 2 973,44 € / mensal + IVA; 5) Em reunião de 10 de janeiro de 2012, deliberado a renovação do contrato em vigor para o ano de 2012, com o valor anual de 35 681,28 + IVA, correspondendo o montante mensal de 2 973,44 + IVA; 6) Em reunião de 4 de dezembro de 2012, foi deliberado emitir parecer prévio favorável à renovação para 2013, manter o valor anual de 35 681,28 + IVA, correspondendo o montante mensal de 2 973,44 + IVA; 7) Foi retirada proposta da RCM de 13 dez. 2013, GDW nº I/99472/2013, referente à emissão de parecer prévio favorável para renovação para 2014, com o mesmo valor do ano anterior, para melhor análise do enquadramento jurídico do contrato de avença. 8) Não obstante a circunstância, o consultor jurídico continuou a assegurar todo o contencioso do município até esta data; Considerações de direito: 1) A prorrogação e renovação de contratos são institutos distintos, sendo que na prorrogação “o contrato não se extingue, expande-se, alarga-se, projeta-se para além do prazo convencionado ou supletivo da lei” e na renovação “o contrato extingue-se, renascendo logo de seguida sem que o momento que medeia entre a morte dum e o nascimento do outro seja suficientemente significativo no que respeita à produção de efeitos jurídicos”[1]; 2) “A renovação equivale à reconstituição, no termo do prazo e em iguais moldes ou próximos, do complexo obrigacional inscrito no contrato inicial” 3) “De outra banda, a prorrogação traduz-se na mera modificação do prazo de vigência do contrato inicial, adotado em momento contemporâneo ou prévio do termo deste” 4) “No âmbito da renovação surge uma nova relação contratual (...) ao passo que na prorrogação o contrato não se extingue, mas projeta-se para além do prazo acordado contratualmente”[2]; 5) A celebração e, por minoria de razão, a renovação de contratos de tarefa e avença, depende de prévio parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública (art.º 6.º do DL 209/2009, de 03 de setembro e posteriores alterações); 6) Dependendo ainda de parecer prévio favorável nos termos do art.º 32.º n.º 2 da Lei 35/2014, que no caso das autarquias será do órgão- Camara Municipal; 7) No entanto, a prorrogação do contrato é um instituto distinto da renovação; 8) Estabelece o art.º 16.º n.º 2 do CCP, que o Código dos contratos Públicos não se aplica a prorrogações, expressas ou tacitas, do prazo de execução das prestações que constituem o objeto de contratos públicos cujo procedimento tenha sido indicado previamente à data da entrada em vigor daquele; 9) O parecer prévio só seria necessário caso estivéssemos perante uma celebração/renovação e não na prorrogação do

contrato; Fundamentos da prorrogação e manutenção do contrato em 2014 e para 2015: 1) O município pretende delegar a tutela das suas pretensões no prestador de serviços jurídicos em quem possa depositar totalmente a sua confiança; 2) As matérias de contencioso, são matéria de elevado grau de complexidade e de especialização pelo seu estudo, conceção e definição da estratégia processual a desenvolver, propositura de ações, emissão de pareceres e feitura de regulamentos e contratos de direito público e privado, qualidades técnicas pessoais, máxime no seu currículo e na confiança que dele emana para o adquirente dos serviços; 3) O consultor Jurídico, Dr. Carlos Alberto Patrão, tem vindo a efetuar assessoria jurídica a este gabinete desde 1981 até à presente data. Esse facto, faz com que tenha um conhecimento da dinâmica interna dos diversos serviços do Município que, aliado à confiança gerada no seu trabalho, transmite confiança no trabalho que possa vir a desenvolver. 4) De facto, a assessoria que prestou foi sempre pautada por um intenso rigor jurídico e humano que constitui uma mais-valia. Assim: 1) Torna-se necessário assegurar a prestação de serviços de consultoria jurídica nas diversas áreas de intervenção do Município, dada a insuficiência de recursos próprios; 2) Dada a especificidade e natureza da referida prestação de serviços consubstanciada em prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, situação que justifica a escolha efetuada bem como a manutenção do interesse e fundamentos na prestação de serviços, designadamente pela necessidade de continuação e acompanhamento com o mesmo nível de qualidade e profissionalismo dos assuntos / processos de grande complexidade nas diferentes áreas/serviços, nomeadamente os remetidos ao Tribunal de Contas, às entidade inspetivas, designadamente IGF e dos assuntos/processos do serviço de contencioso. Reconhece-se: 1) A prorrogação automática do contrato celebrado em 1992, para o ano de 2014, nos termos e condições constantes desse contrato; 2) E a intenção de não denunciar o contrato, prorrogando-se o mesmo para o ano de 2015; O valor anual estimado para a prorrogação do contrato em vigor com o Consultor Jurídico, Dr. Carlos Patrão, é de €35.681,40, refletindo este valor a redução já efetuada em anos anteriores, para um período de vigência de doze meses, com efeitos à data do mesmo (Janeiro de 2014) Devendo ser asseguradas as respetivas dotações e Compromisso do Fundo disponível para o corrente ano e no próximo ano (CFD nº 4197/2014). [1] Dicionário de conceitos e princípios jurídicos, 3.ª edição, pág. 708 e 748 [2] Revista dos contratos Públicos, n.º 1” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE:** =====

===== **PI/5100/2014 (I/69582/2014) – MARIA ESMERALDA MOREIRA PAIVA,**
residente na Rua Capitão Correia Martins, n.º 210, Nogueira do Cravo, União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo, deste concelho, na qualidade de proprietária, requer nos termos

do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico denominado “Figueira do Campo, sito em Brites, Nogueira do Cravo, União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo, deste concelho, com a área total de 0,377500 ha, a confrontar de norte, nascente e poente com Caminho e de sul com António Teixeira de Aguiar, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 612 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1608/20100901. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME SIMPLIFICADO – “ANIMAÇÃO DE RUA” – RATIFICAÇÃO DE**

DESPACHO: A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 18.09.2014, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.) Considerando: - Que nos termos do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos da RQI n.º 1298, se torna necessário proceder à contratação de diversos serviços para animação de rua, no âmbito do evento Noite Branca 2014, a decorrer no dia 20 de setembro de 2014; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor (que ultrapassa o montante anual de 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 1.466,67 (mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), isentos de IVA, e encontra-se cabimentado na rubrica 02022504, pela Proposta de Cabimento n.º 1346; -

Que por ser um procedimento com a mesma contraparte, de contrato vigente em 2013, está sujeito à aplicação de redução remuneratória (em 10%), nos termos do estatuído no artigo 2º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado, por remissão do artigo 7º, da Lei referida, com o artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, e posteriores alterações; - Que, a próxima reunião do executivo apenas se realizará no dia 25 de setembro de 2014, e que será necessário acautelar a contratação atempada do serviço, pelo que se torna imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 1298, por ajuste direto em regime simplificado, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, conjugado com o artigo 128º, do C.C.P. e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 1346 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1631. Determino, nos termos do artigo 112º, do C.C.P., que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao Convite para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviço: Marco Fernando Pereira Leite. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Elsa Félix, e restantes diligências administrativas e processuais no gestor do processo, Raquel Fernandes – Assistente Técnica, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do C.C.P., com exceção da competência para adjudicação, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 69º, do CCP.” =====

===== EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/70606/2014): *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2014- LOE 2014), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 73.º da LOE 2014, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido,*

homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA); b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto na Lei nº 75/2014; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na lista que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 09/01/2014 (I/628/2014), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da LOE 2014, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes da listagem anexa à presente proposta, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIBERALIZADO – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO (I/69579/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - por deliberação de 28 de agosto de 2014 foi adjudicada à empresa EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA., com sede na Praça Marquês de Pombal, nº 13, município de Lisboa, a ”Prestação de Serviços para Fornecimento de Energia Elétrica no Mercado Liberalizado”, proponho: A aprovação da minuta do contrato de prestação de serviços, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, de acordo com o estabelecido no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== *A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====